



# Anais da Assembléia

Nº 15

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1981

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e Airtton Cordeiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem nº 31/81

Curitiba, 16 de março de 1981.

Sr. Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva excluir, a partir de 1.º de janeiro de 1981, da incidência do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias as vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor e usuário final.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos nº 0137/81, de 9 do corrente mês, firmada pelo Sr. Secretário de Estado das Finanças, diz, com o devido detalhamento, sobre a necessidade, oportunidade e interesse público que é revestida a medida legal ora submetida a exame dessa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — As vendas de impressos produzidos pelos estabelecimentos da indústria gráfica sob encomenda direta do consumidor e usuário final, ficam excluídas, a partir de 1.º de janeiro de 1981, da incidência do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem Nº 32/81

Curitiba, 16 de março de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 24 de fevereiro de 1981, ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, com a intervenção da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conjugação de esforços dos Governos da União, do Estado e dos Municípios, para a execução do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor CARMOSINO VIEIRA BRANCO, ocorrido no dia 22 transato, em lamentável acidente aviatório na Cidade de Cascavel.

Outrossim, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, formule-se veemente apelo ao Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Sr. Mário Stadler de Souza, para que seja o mediador no impasse surgido entre os agricultores desapropriados na região oeste do Paraná e a Itaipu Binacional, sobre o montante das indenizações devidas.

Requer, outrossim, que se envie telex ao Presidente da Itaipu Binacional, General Costa Cavalcanti, e às lideranças dos agricultores desapropriados, para que aceitem o Presidente da FAEP como interlocutor de ambas as partes e mediador do

conflito de interesses.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

#### JUSTIFICATIVA:

A representação dos interesses da agricultura no Paraná, tem na FAEP a sua perspectiva classista.

Em quaisquer circunstâncias, compete à Federação da Agricultura a defesa dos interesses dos agricultores paranaenses.

Embora se considere muito importante que as classes econômicas se organizem a nível local e que postulem diretamente os seus interesses a par, é decisivo para o fortalecimento da agricultura que se convoque e esgotem esforços em todas as instâncias representativas, pois que só assim a união e a defesa dos interesses podem chegar a bom termo.

Em muitas ocasiões, a entidade maior tem travado lutas na defesa dos agricultores e, pela coesão, obteve significativas vitórias.

O reconhecimento de que sua representatividade decorre da delegação de seus associados e do reconhecimento destes a sua atuação, não acreditamos que o Presidente da FAEP abandone os interesses de seus associados, desde que eles recorram e aceitem a participação de sua entidade.

De outra parte é dever das autoridades, além do espírito aberto aos interesses da sociedade, que são expressos pelas parcelas que a compõem, o prestigiamento das entidades classistas no seu papel de interlocutor válido e até mediador quando se pautam pelo equilíbrio e o bom senso.

Assim, consideramos que a Itaipu Binacional, através de seu Presidente Costa Cavalcanti, não deixará de considerar como devida e oportuna a presença da FAEP como organismo representativo e mediador, capaz de contribuir para o acerto entre as partes em litígio.

É o atendimento que todos queremos, e a forma de superar o impasse, a curto prazo, não estaria só no reconhecimento de parte a parte dos legítimos interesses, como de sugestões hábeis que podem superar o problema, em: benefícios de todos.

É o que também deseja o Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, um voto de apoio ao movimento dos agricultores que lutam por melhor indenização para suas terras que serão alagadas pelo reservatório de Itaipu.

Requerem, também, que aprovado este voto, sejam comunicadas as seguintes entidades: Federação Paranaense dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra, Comissão de Justiça e Paz.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1981.

(aa) NELTON FRIEDRICH,

GERNOTE KIRINUS e

FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

Os agricultores da região oeste do Estado, cujas terras serão atingidas pelo represamento de águas pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, vêm lutando a algum tempo por critérios justos de indenização.

Ante a intransigência da empresa Itaipu Binacional, não tiveram outra forma de fazer valer seus direitos que o protesto organizado.

Aqueles agricultores representam hoje, não apenas os seus interesses, mas também os do Paraná, que perde ampla extensão de seu território e que não se beneficiará dos resultados da obra.

Sendo justas suas reivindicações e tendo em vista a atitude oficial de responder com o envio de tropas e a indisposição para o diálogo, justifica-se que esta Assembléia em defesa e apoio a paranaenses, trabalhadores, que têm os seus direitos pisados.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

REQUER: Considerando que o DETRAN de Umuarama está expedindo carteiras para motoristas desqualificados;

considerando que é pública e notória a associação ilícita, naquela cidade, de funcionários do DETRAN, de despachantes e de auto-escolas, com fins de lucro ilegal;

considerando que motoristas inabilitados são a causa do aumento alarmante dos índices de acidentes de trânsito nas cidades e nas estradas, com muitas vítimas fatais.

Considerando que esses fatos estão levando ao pânico a população de Umuarama, desejosa de que as autoridades superiores e competentes intervenham, a fim de que seja posto um paradeiro aos criminosos abusos ocorrentes;

o Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, requer o encaminhamento deste pedido de informações ao Sr. Secretário da Segurança Pública:

- a. Quantas carteiras de habilitação de motoristas foram expedidas, pelo DETRAN de Umuarama, no decurso do ano de 1980, e nos dois primeiros meses de 1981?
- b. Como são feitos as provas e os exames de habilitação dos motoristas?
- c. Sabem as autoridades superiores que o motorista, em Umuarama, não se submete ao exame sobre condução de veículos e sobre conhecimento das leis de trânsito?
- d. Sabem as autoridades superiores que os despachantes locais se organizaram numa "cooperativa", e, para aparentar honestidade, dois ou três despachantes se declaram "independentes", mas, ao final de cada mês, todos participam do lucro ilícito dessa "societas sceleris"?
- e. Sabem as autoridades superiores que a cooperativa dos despachantes se incumbem de entregar, no final do mês, a funcionários do DETRAN a quota em dinheiro que lhes cabe, proporcionalmente ao número de carteiras expedidas, estimando-se que a quota não é inferior a um milhão e quinhentos mil cruzeiros, a cada mês?
- f. Sabem as autoridades superiores que as auto-escolas participam da camorra, para confirmarem aulas não dadas, e que, por esse motivo, são sócias no "bolo" da "cooperativa" dos despachantes?
- g. Em face das graves denúncias sobre a institucionalização da corrupção no DETRAN de Umuarama, com a patente cumplicidade de despachantes e de auto-escolas, que providências serão tomadas pela Secretaria da Segurança Pública para que seja coibido o criminoso abuso e para que sejam salvas mais vidas humanas ao não se expedirem, doravante, carteiras para motoristas não habilitados?

Sala das Sessões, em 23 de março de 1981.

(a) ROMERO FILHO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente aos Ministros da Indústria e Comércio e da Agricultura e ao Banco Central e Banco do Brasil, solicitando a

concessão de um reajuste nos financiamentos de custeio já realizados, de forma a se destinar maiores recursos para a colheita do produto, que ora se inicia.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

#### JUSTIFICATIVA:

O café representa a primeira rubrica na balança de pagamentos do País.

Em 1979, contribuiu com nada menos que 2,400 bilhões de dólares. Infelizmente, a importância do produto não é reconhecida pelas autoridades federais, deixando insatisfeitos 250.000 produtores de café em todo o País. Para corrigir pelo menos em parte essa injustiça, estamos apresentando o presente requerimento, pedindo a concessão de um reajuste nos financiamentos de custeio já realizados, de forma a que se destine maiores recursos para a colheita do produto que está se iniciando. Ocorre que os totais a serem liberados são insignificantes, faltando muitos recursos ao agricultor para a realização da colheita.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofício ao Governador Ney Braga e à Secretaria das Finanças, solicitando alteração da Instrução 612/78, seção III, artigos 18 a 23, que regulamenta a incidência do ICM sobre bovinos, de forma a que:

I — seja liberado o ICM só bovinos oriundos de outros Estados, em conta gráfica, mediante a documentação fiscal;

II — Que as agências da receita do Estado, para prevenir abusos, façam um cadastro dos pecuaristas de sua área.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

#### JUSTIFICATIVA:

Associando-nos à reivindicação feita pela Sociedade Rural de Maringá, estamos solicitando ao Governador e Secretário das Finanças alteração na legislação a respeito do ICM de gado de outros Estados.

Ocorre que a atual legislação, faz com que o ICM, para ser creditado ao produtor, sofra uma burocracia interna na Secretaria das Finanças, que dificulta e onera sobremaneira o pecuarista.

Todo o processo demora em média mais de seis meses, havendo casos em mais de um ano, gerando descontentamento na classe produtora de nossa região, que possui muitas fazendas de cria de gado bovino no Mato Grosso do Sul.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Cel. HAROLDO FERREIRA DIAS, solicitando a criação de postos policiais de bairros no Município de Foz do Iguaçu, no Bairro Rincão de São Francisco, nos Parques Marumbi I, II e III.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, esclarecimentos do Sr. Secretário de Segurança Pública, sobre os fatos ocorridos na cidade de Florestópolis, envolvendo o Delegado de Polícia local e o Comandante da Polícia Militar

de Porecatu.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1981.

(a) JOSÉ TAVARES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de ofício ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando urgentes providências no sentido de melhorar o atendimento policial na localidade "Parque Marumbi I, II e III", no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último dia 19, quinta-feira, da semana passada, tivemos a grata satisfação e honra de representar esta Casa, na cidade de Poços de Caldas, quando da realização do II Encontro Nacional de Cafeicultores.

Aquele Encontro foi marcante para a história da cafeicultura brasileira, uma vez que reuniu, em Poços de Caldas, mais de mil cafeicultores dos Estados produtores de café do Brasil; representantes de cooperativas, sindicatos rurais, enfim, Poços de Caldas será, sem dúvida alguma, um marco importante na história da cafeicultura nacional e mais especialmente, de sua capacidade e da capacidade dos cafeicultores brasileiros em se reunirem para, através de uma força uníssona, terem mais condições de reivindicações de suas necessidades fundamentais.

Uma das tônicas do Congresso, foi justamente o aspecto social do café, sendo a cultura que mais envolve o aspecto social, pois é ela que dá condições de trabalho a milhões de brasileiros.

O Brasil, hoje, possui cerca de três bilhões e 600 milhões de pés de café. Dessa projeção, calcula-se que, direta e indiretamente, dependem da cafeicultura nacional cerca de dez milhões de criaturas, cerca de oito por cento da população brasileira. Sem falar, naturalmente, dos quase três bilhões de dólares que o café produz em nossa pauta de exportações.

Mas, o que se ouviu em Poços de Caldas, foi a preocupação de todos, com relação à permanência dessa cultura em função do seu alto custo na sua manutenção.

Teremos, este ano, talvez uma das grandes safras desses últimos anos, uma vez que, nos últimos quatro ou cinco anos, a cafeicultura abalada por geadas e problemas de secas, não teve, realmente, a capacidade de produção que esperava. E ficou por muitas safras, praticamente uma cultura improdutiva, em termos de rentabilidade econômica.

Então, em Poços de Caldas, através do Conselho Nacional do Café, entidade criada recentemente, sob a presidência do ex-Governador Abreu Sodré, hoje parece que as coisas tomam novo rumo, através — repito — de uma organização do setor cafeeiro brasileiro.

Tivemos também, e relatamos a esta Casa com muito orgulho, a suprema satisfação de exercermos a Presidência daquele Encontro, e nesse momento, o fizemos em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, através de seus representantes que aqui têm assento.

O ex-Governador Abreu Sodré, nos passou a presidência do Encontro, ao seu final, às 21 horas, como uma homenagem ao Poder Legislativo brasileiro.

E o fizemos, repito, em nome desta Casa, para suprema

satisfação pessoal nossa que lá tivemos.

O próximo Congresso está marcado para o dia 10 de junho, em Brasília e prometemos aos participantes daquele Congresso, inúmeros paranaenses, inclusive, que levaremos desta Assembléia, a maior representação possível, para que pudéssemos realizar, em Brasília, em 10 de junho deste ano, realizar um Congresso bem perto do centro do Poder brasileiro, um Congresso onde pudéssemos expor, com maior força política possível, todas as reivindicações do setor cafeeiro nacional.

Apresento nesta tarde, um requerimento, juntando alguns dos trabalhos apresentados para que eles possam fazer parte dos Anais desta Casa.

O requerimento é o seguinte:

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, dos trabalhos apresentados durante a realização do II Encontro Nacional dos Cafeicultores, em Poços de Caldas, MG, no último dia 19.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1.981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

#### JUSTIFICATIVA:

Como representante da Assembléia Legislativa do Paraná, pudemos participar da promoção que reuniu cerca de mil produtores de café no País.

Na oportunidade, temas de importância fundamental para o setor foram debatidos, bem como foram apresentados trabalhos analíticos a respeito do preço mínimo de garantia, política de financiamentos, política de comercialização, IBC, aspecto social do café, etc.

Julgamos oportuna a inclusão em ata destes trabalhos por ser o café uma das nossas principais riquezas, além de representar muito para a economia nacional”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Fidelcino Tolentino.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos hoje, um requerimento ao Secretário da Segurança, sobre a criminoso expedição de carteiras de motoristas, sobre a corrupção no DETRAN de Umuarama. (Lê):

“O jornal “O Estado de São Paulo”, denunciou, há pouco tempo, a vergonhosa corrupção imperante no DETRAN bandeirante.

A Nação ficou estarrecida ante as graves revelações sobre o montante mensal de dinheiro recolhido e distribuído entre os componentes da “mafia” que se organizara. Um funcionário do DETRAN, tido como o “pivô” de toda a trama, foi denunciado e está envolvido em inquérito, portanto, com os vencimentos mensais de 18 mil cruzeiros, operara o milagre do enriquecimento, passando à condição de proprietário de fazendas no interior de São Paulo, no valor de mais de 30 milhões de cruzeiros.

A verdade é que a corrupção existente nos DETRANs de todo o País, conforme afirmação de um servidor, aqui em Curitiba. Indícios veementes o confirmam, pelo menos na cidade de Umuarama, onde se instalou a “mafia” e cujos detalhes chegaram ao nosso conhecimento.

Uniram-se os despachantes locais numa espécie de cooperativa, que não passa de uma “societas sceleris”. Dois ou três deles ficaram aparentemente de fora. A tabela de serviços é, porém, rigorosamente obedecida por todos, de maneira que o público, incauto, não tem por onde escapar.

A obtenção de uma carteira de motorista tem lances de ficção científica, e no final o resultado prático de sempre: assalto à bolsa particular.

Entram no conluio os despachantes, as auto-escolas e o DETRAN. O preço de uma carteira de motorista nunca sai por menos de oito mil cruzeiros, mas preenche todos os requisitos legais.

O postulante paga horas de aprendizado de motorista nas auto-escolas, sem que tenha tido uma aula sequer. É aprovado no exame de motoristas, no psicoteste, no exame de vista, etc., sem que tenha feito tais exames. Não precisa dar-se ao incômodo de ir ao DETRAN para mostrar sua habilitação. Basta pagar e tudo estará em ordem.

Estima-se que são expedidas, mensalmente, em Umuarama, cerca de 500 carteiras de motorista. O preço cobrado dos pretendentes é rateado entre todos os integrantes da “mafia”. No final do mês o pessoal do DETRAN recebe, dos proventos clandestinos, importância aproximada de um milhão e meio de cruzeiros, rachada proporcionalmente entre os funcionários acumpliciados.

A “cooperativa” dos despachantes faz outro “racha” entre os seus associados, inclusive os tidos como “independentes” e as auto-escolas recebem a sua parte pelas aulas que não deram.

A multiplicação de motoristas desqualificados é fator principal do aumento dos acidentes de trânsito nas cidades e nas estradas, com vítimas fatais, na maioria dos casos. As estatísticas crescem em número, em todo o País. A irresponsabilidade e a ânsia do enriquecimento ilícito e rápido, constituem as causas desses números alarmantes.

A população de Umuarama está preocupada e insegura. Mas, sente-se impotente diante da corrupção no DETRAN e seus apaniguados. Apela pois, para as autoridades superiores, a fim de que coíbam os abusos e o crime, com a energia necessária.

Como intérprete deste anseio popular, e no desejo sincero de salvar vidas humanas, solicitamos que, juntamente com o pedido de informações ora encaminhado, sejam remetidas também ao Sr. Secretário da Segurança, Cel. Haroldo Ferreira Dias, para seu melhor esclarecimento pessoal sobre o que ocorre em Umuarama, as considerações que acabamos de expender”.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Milhares de telespectadores em Curitiba, e muito mais em todo o País, foram brindados ontem com o debate no qual participou, pela televisão, o Prefeito Jaime Lerner. E os curitibanos provavelmente devem ter ficado surpresos com o que disse naquele programa, o nosso alcaide. Parecia se referir a outra cidade que não esta na qual vivemos, tal a mistificação promovida.

Disse o Prefeito Jaime Lerner, que aqui estão resolvidos todos os problemas urbanos. Deu a idéia de uma cidade onde não existam problemas a resolver. Ou, se existem, são mínimos e já têm solução projetada.

Aqui, conforme disse Jaime Lerner, o sistema de transporte urbano é perfeito. De meio em meio minuto, é a frequência do ônibus. Aqui, segundo Jaime Lerner, foram planejadas e realizadas obras revolucionárias, que colocam Curitiba a frente de todas as metrópoles. Seus exemplos: o metrô de superfície, a perfeita distribuição das várias funções: indústria, comércio, serviços. Enfim, Curitiba é a cidade humana, bem projetada, bem acabada.

Esta é a Curitiba de Jaime Lerner. Mas, como todos sabem, não é a Curitiba de ampla maioria da população. Aqui,

milhares de paranaenses vivem nas mais precárias condições de existência. E retomo aqui o documento "Propriedade e Uso do Solo Urbano", elaborado pela Comissão de Justiça e Paz, para comprovar o que afirmamos.

Mostra esse documento, cuja transcrição nos Anais da Assembléia estamos pedindo, que os milhares de deserdados que vivem na periferia desta Capital não recebem quaisquer benefícios de infraestrutura urbana. Que o serviço de águas, de esgoto, o saneamento básico, é privilégio de apenas uma parcela. Mostra também que a especulação imobiliária expulsou do centro, uma grande parte da população. E Jaime Lerner dizia que aqui não existe especulação.

Mas o que mais chamou a atenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi a forma como o Prefeito Jaime Lerner tratou as questões políticas. Primeiro, reafirmando sua candidatura ao Governo do Estado. O que é de seu direito. Tal veleidade é permitida a qualquer cidadão eleitor que cumpra com os requisitos previstos em lei. Mas, em nome de sua candidatura, Jaime Lerner deitou falação sobre democracia e participação popular, dando o exemplo de Curitiba, como a cidade onde isso acontece. Disse Jaime Lerner que aqui as decisões passam pelo consenso popular. Falou nas Associações de bairros, como fóruns dessa participação.

Ora, Srs. Deputados, sabemos que isso não é verdade. E que a Prefeitura de Curitiba, na administração Jaime Lerner, vem resolvendo seus problemas com as associações de bairros através da polícia, repetindo na escala municipal aquilo que o regime vem fazendo no País nos últimos 17 anos.

Nós, da Oposição, não poderíamos deixar passar em claro esta questão. É engodo, para efeitos promocionais lá fora, não deve ser aceito pelos que são prejudicados por uma política que privilegiou em Curitiba, várias camadas da população proporcionalmente ao nível de renda. Não devemos aceitar assim sem qualquer observação, a mentira sobre a democracia de Jaime Lerner. Democracia que não leva em conta nem mesmo a Câmara de Vereadores, que não foi citada em momento algum, como fórum legítimo de participação do povo nas decisões sobre o que se faz nesta cidade.

Engana-se o Sr. Jaime Lerner se acredita que está administrando esta cidade ainda na época do Governo Médici, quando chegou à Prefeitura pela vez primeira, pelas mãos do Sr. Haroldo Leon Peres, de triste memória.

Hoje, o povo está organizado e consciente do que se passa. Não será através da mistificação pela propaganda política que normalmente custa muito caro aos cofres públicos, que o Sr. Jaime Lerner fará valer suas mentiras. Voltaremos a este assunto.

Hoje, queríamos registrar nosso repúdio a atitudes como esta".

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Continua na cidade de Foz do Iguaçu, a qual temos a honra de representar seu povo nesta Casa de Leis, a reunião dos agricultores que serão, por certo, desapropriados pela Itaipu Binacional.

E nós estamos acompanhando e assistindo, e na realidade, não participando "in loco", por não ter em mãos o poderio da decisão, mas sim, o poder da reivindicação através desta Casa de Leis.

E, estudando e analisando de perto o fato, chegamos a uma conclusão de que é necessário de apresentar neste momento, através desta tribuna, e o que fizemos há poucos ins-

tantes, através de requerimento dos Srs. Deputados, um mediador para o fato.

Porque, de um lado, a Itaipu Binacional oferece um aumento segundo seus dados técnicos avaliando em oitenta por cento a partir desta data. Os agricultores, por sua vez, achando-se e é de seu direito, discutir melhor preço e até mesmo que os 80 por cento oferecidos, se analisados, não passam de 39 por cento.

Se não se chega entre si e entre as lideranças que lá estão tentando a conciliação, a uma conclusão final, queremos apresentar, através desta Casa, a figura da FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná, por ser ela, na realidade, a que representa e defende os agricultores e não os trabalhadores rurais.

E quem luta por um preço melhor em sua desapropriação, é natural que é proprietário da terra, e o proprietário da terra é filiado à FAEP.

E, entendendo como a maioria dos paranaenses, ou talvez todos, que a figura do Sr. Mário Stadler de Souza, ímpar em sua respeitabilidade neste Estado, seria sem dúvida talvez, a solução para o impasse que está acontecendo em Foz do Iguaçu.

Seria ele o homem que iria conversar com os agricultores às centenas, reunidos lá em Foz do Iguaçu, para que não seja necessário uma luta maior e que ele, como Presidente de um organismo em defesa da agricultura, se reúna urgentemente com os agricultores que serão desapropriados e com a presidência da Itaipu Binacional, sendo o mediador, quiçá para a felicidade de todos nós e especialmente dos agricultores que lá estão, que têm nos ajudado no desenvolvimento deste Estado e da nossa Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Assumimos a tribuna neste momento para fazer um registro muito especial, ou mais exatamente, para fazer constar das atas dos trabalhos da Assembléia Legislativa, um evento digno deste registro: os dezoito anos de atividades da Companhia de Saneamento do Paraná, ocorrido por ocasião do recesso parlamentar, ou seja, a 23 de janeiro passado.

Criada pela Lei 4684, com o nome de AGEPAR, esta lei foi sancionada pelo então Governador Ney Braga, a 23 de janeiro de 1963, através da Lei 4878, sancionada igualmente pelo Governador Ney Braga, no exercício do seu primeiro mandato governamental, a 19 de junho de 1964, a AGEPAR teve seu nome alterado para SANEPAR Companhia de Saneamento do Paraná.

Criada pela visão estratégica do primeiro Governo Ney Braga, a SANEPAR completa os dezoito anos de atividades, impondo-se no conceito de todos os paranaenses pelo muito que fez em prol do saneamento básico do Estado do Paraná, pela melhoria da qualidade de vida dos paranaenses. Mais do que isso, a SANEPAR, através de suas atividades, extrapola as fronteiras do Estado do Paraná: hoje ela está colocada entre as quinhentas maiores empresas do País e entre as cinco primeiras empresas estatais de saneamento básico brasileiras.

Há que se reconhecer que não estão resolvidos, absolutamente, os problemas do saneamento básico no Paraná: o déficit do atendimento existe, mas as metas perseguidas com os recursos colocados à disposição do Governo do Estado, visam eliminar este déficit. E muito já se fez no Paraná, neste sentido.

Em 1972, por exemplo, quando a SANEPAR realmente começou a operar os serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários, havia tão somente 19 sistemas de água e 14 sistemas de esgotos no Paraná. Apenas

511.940 habitantes recebiam os benefícios da água tratada. Os distritos e os núcleos rurais ficavam esquecidos.

Hoje, o panorama é outro: a SANEPAR opera sistemas de água em 211 sedes municipais e em trinta distritos, levando água encanada para 3.192.445 habitantes, representando 72 por cento da população urbana do Estado. Esta água é distribuída através de onze mil quilômetros de rede.

Até o final do Governo Ney Braga, os benefícios da água tratada deverão se estender para todas as sedes municipais e os principais distritos administrativos. Mais ainda, o saneamento básico vai estar presente nos núcleos rurais, através do programa de saneamento rural.

São metas propostas pela administração do Governo Ney Braga e que estão sendo cumpridas através de um trabalho sério desenvolvido pela SANEPAR na gestão do Engenheiro Ingo Hübert, que nestes dois últimos anos, soube colocar em andamento um programa de obras capaz de ampliar o atendimento do saneamento básico.

De março de 1979 até fevereiro passado, mais um milhão de paranaenses passaram a receber água tratada em suas residências. Pela programação a ser cumprida em 1981, deverão ser geradas mais 88.432 ligações de água, o que possibilitará o fornecimento de água potável a uma população de aproximadamente três milhões e seiscentos mil habitantes.

A esses dados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitos outros poderiam ser acrescentados, que definiriam de forma mais cristalina os objetivos e o papel que a SANEPAR cumpriu e tem a cumprir para chegar às finalidades a que foi criada.

O que a SANEPAR fez nos seus primeiros dezoito anos de vida, são um atestado do muito que fará pelo saneamento básico no Paraná."

Para concluir, solicitamos à Mesa que seja dado ciência deste pronunciamento à Presidência da SANEPAR.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Governo do Presidente Figueiredo instituiu o que chamou de "processo de abertura", que é a descompressão política da sociedade brasileira, quando os efeitos do "milagre econômico" já não permitiam impor à Nação uma política econômica e um modelo político ao sabor dos interesses dos grupos minoritários no Governo.

Na sequência, após a imposição de medidas casuísticas para manter-se no Governo, tem feito apelos à conciliação nacional, através de um diálogo que permita aos homens no poder administrar a crise econômica e social, juntamente com a Oposição, num condomínio destinado a socializar os prejuízos de sua política econômica e privatizar os lucros.

Agora, o Ministro Ibrahim Abi-Ackel, sugere e convoca os partidos políticos para iniciar conversações com vistas à conciliação nacional. Naturalmente, porque maiores dificuldades nacionais estão à vista.

Entretanto, entendemos que o Sr. Ministro da Justiça pode ser o porta-voz político do Governo do General João Baptista de Figueiredo, mas não é o interlocutor válido para as negociações partidárias. Que o Sr. Abi-Ackel seja o intermediário entre o Governo e o Partido Democrático Social, mas não entre os partidos políticos brasileiros.

Desejamos, sim, o diálogo com os dirigentes dos partidos políticos. O diálogo com o PDS, o PP, PT, o PTB e o PDT.

O Sr. Ministro da Justiça já cometeu um erro grave ao estabelecer que não aceitará dialogar com a direção do Partido dos Trabalhadores. E o PMDB não aceita participar desse tipo de diálogo em que são feitas exclusões inaceitáveis. Que a direção nacional do PMDB tenha feito um primeiro contato com o

Ministro antes que se evidenciasse tal situação é perfeitamente aceitável e inteligível; porém, não poderemos dar prosseguimento a essa manipulação política, com a visão que convém a setores do Planalto.

No nosso entender, a tentativa de isolamento do PT demonstra que este Partido não satisfaz os promotores da reforma partidária e da abertura política. Talvez porque esteja afetando a criação diversionista de algum Partido alentado pelo General Golbery do Couto e Silva.

É necessário também, que assinalemos o caráter de oposição do PMDB ao regime e ao sistema, com os quais não pode transigir embora não se recuse a dialogar com o PDS e os demais Partidos sobre as soluções nacionais. E também não se recuse a ouvir o Governo e a ponderar sua posição sobre os problemas nacionais. Isto é o que deve ficar claro para todos".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se a regra passa a ter valor, amanhã aqui no Paraná sere-mos o ilustre Presidente do PMDB, a ser convidado pelo ilustre Secretário de Justiça do nosso Estado, a dialogar sobre problemas referentes ao Estado do Paraná e o ilustre Presidente do PDS, ficará marginalizado.

Está no momento de nós, da Oposição, mas políticos, acima de tudo, fazermos um apelo veemente a esse Partido que se diz Governo; que rompa com o Governo, porque Governo não é. Porque, quando se precisa procurar soluções nacionais, não se procurou o Sr. José Sarney, se procurou o Sr. Ulisses Guimarães, se procurou o Sr. Leonel Brizola, inimigo número um até ontem; se procurou também o Sr. Tancredo Neves, do PP.

Esqueceram que tem um Partido do Governo e que até é majoritário.

E, em solidariedade a esse Partido que contém políticos e, portanto, homens que receberam votos nas urnas, em solidariedade ao PDS, é que viemos a esta tribuna, Sr. Presidente, para dizer que o diálogo deve ser feito, é necessário, é, de fato, o que leva à democracia.

Nas esse diálogo tem que ser feito nas devidas esferas. Repito, como ficará a bancada do PDS nesta Casa, se amanhã, nós do PMDB formos convidados a dialogar diretamente com o Executivo? Se amanhã o PP for dialogar diretamente com o Executivo, marginalizando a Bancada do PDS?

Acho ser o momento inclusive de todos os políticos, independentemente de partidos, reclamarem isso e se negarem a dialogar. O Sr. Abi-Ackel não é, indiscutivelmente, o homem indicado para o diálogo. Porque vamos admitir que as soluções encontradas entre os Presidentes do PMDB, do PP, do PTB e do PDT, seja uma e a maioria do PDS não consultada, venha a reclamar.

Por isso é chegado o momento, Sr. Presidente, em que o PDS assuma também as responsabilidades por esta Pátria. E que nós da Oposição, tenhamos a convicção de que sem o prestígio da classe política como um todo, não apenas da Oposição ou da Situação, isoladamente, mas da classe política como um todo, diálogo algum pode haver, porque diálogo entre um Poder e outro, não pode ser feito a não ser através das vias legais.

E essa, indiscutivelmente, não passa pelo gabinete do Sr. Ministro Abi-Ackel.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou de regresso de Foz do Iguaçu, depois de permanecer três dias com os agricultores acampados às margens da BR-277,



próximo ao Centro Executivo, da Binacional Itaipu. E como se sabe, Senhor Presidente, este movimento representa o desdobramento das lutas iniciadas desde 1975, quando se programou a expropriação para o alagamento das terras que abrange área de 8 municípios do Oeste do Paraná. E a discussão se centraliza sempre sobre o problema principal, do preço e do pagamento das indenizações das terras a serem alagadas. E o que nós temos notado no curso desses anos, é a intransigência das autoridades administrativas e Executivas da Companhia Binacional Itaipu. Tivemos várias discussões a nível de plenário, nesta Assembléia, já no ano passado, em 1980, acirraram-se os ânimos de posições parlamentares. A oposição colocando as reivindicações básicas dos agricultores, com eminentes Deputados que buscavam esclarecimentos da ótica e do ponto de vista das autoridades de Itaipu. E se pergunta porque novamente 800 agricultores se aglomeram nas proximidades do centro executivo da binacional. Por que, deixam as suas terras, suas casas, suas famílias, e enveredam em direção da Diretoria da Binacional Itaipu? Passando agruras, enfrentando as dificuldades até de alojamento, em barracas que demanda ao episódio histórico da colonização do Oeste do Paraná. E nessas condições, lá se encontram pela segunda vez em acampamento. A primeira, memorável, de Santa Helena e a segunda agora, já próximo ao centro executivo da binacional Itaipu. E o grande problema encontrado Sr. Presidente, é a intransigência e a forma com que as autoridades estancaram, impediram o diálogo que tanto se fazia necessário com a diretoria da binacional e as lideranças do movimento. Eclodiu-se então um ânimo, para marchar contra Itaipu. Não marchar no sentido de confronto, no sentido de agressividade, de desforço pessoal, não Sr. Presidente, no sentido de bater na tecla do direito e das garantias constitucionais. Na busca do que já havia sido conquistado, no curso de 25 anos de luta para se manterem, para se assentarem, para tomarem conta, para adquirirem as terras. E vamos dizer a verdade, correspondem ao que recentemente um dos Secretário do Governo, especialmente o Secretário das Finanças do Paraná, dizia: "O Paraná é o único Estado que confere à Nação divisas líquidas, da sua produtividade, em termos de arrecadação, em termos de ICM". E pasmem, Srs. Deputados, que 600 milhões de cruzeiros anuais, são carreados daquela região que as águas vão inundar, invalidar, expulsando dali, no cálculo oficial, 6 mil famílias. Isto representa considerável parcela da população do Estado do Paraná. E em termos de produção de soja, são de 250 mil toneladas. E em termos de movimento financeiro, Sr. Presidente, representa 7 bilhões de cruzeiros anuais. E já deixo de abordar o aspecto social, porque quanto a este, o governo faz ouvidos moucos. E o que temos a dizer ressentido é que a Binacional Itaipu, tem facilidade de vir à Imprensa, de ocupar as televisões e pintar o quadro da cor que mais convenha, ao ponto de faltar com a postura do respeito com os agricultores, que dizem que estão pagando em torno de 450 mil cruzeiros o alqueire de terra nua.

Senhor Presidente, esta pasta que trago em mãos, contém xerox de várias propostas da companhia binacional Itaipu. Estão aqui, Sr. Presidente, para refutar esta grosseira mentira que disseram à televisão, para indispor os colonos, os agricultores que marcham em busca do direito, a indispor os colonos, contra o juízo da opinião pública. Em verdade, Sr. Presidente, o que assistimos na imprensa nestes dias, foi um desfile de audiências, foi um desfile de depoimentos através também da televisão, mas de longe, de vários Srs. Deputados e representantes do Partido do Governo, e também do próprio Governador, declarando-se preocupados com a situação. Mas lá durante os dias que estivemos não vimos sequer um representante do lado do Governo, do lado da situação, para buscar um entendimento mais estreito amiado, mais requintado junto aos injustiçados agricultores, que traduz a verdade, sobre o que dizia e vem dizendo Itaipu. E é lamentável que as

rádios, e televisão e jornais, declaravam que todos os representantes, ou quase todos, principalmente os da situação, estavam em reuniões, preocupados em encontrar uma solução.

Mas qual a solução, Sr. Presidente, se nem ao menos manipularam os documentos que a Itaipu oferecia aos vários colonos. Por certo baseiam-se nas alegações dos diretores da Usina, porque a média de preços oferecidos conforme cálculos que fizemos na ponta do lápis, lá no acampamento, onde contém várias propostas e laudos atualizados, com data de 04 de março do corrente ano, a média, não alcançou 250 mil cruzeiros por alqueire de terra nua. O que vimos foi o anúncio da Binacional, que chegaram a elevar em 80% (oitenta por cento) o preço e que o movimento poderia parar.

Senhor Presidente, venho à tribuna, fazer um apelo aos eminentes Representantes daquela área expropriada, especialmente o Deputado Tércio Albuquerque que fizesse uso dos dados concretos oferecidos pela Binacional e que reflita sobre eles e transmita ao Governo do Estado a realidade dos fatos.

Porque, na verdade, os agricultores que estão lá, com a humildade que os caracteriza, mas com a fortaleza de espírito que possuem, querem ver seus direitos garantidos, e por isso necessitam de um diálogo franco, aberto e sincero, principalmente sincero. Porque, eles estão, hoje, indispostos com a opinião pública porque faltou, mais uma vez, com a verdade, a Binacional.

O Sr. Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, Vossa Excelência no decorrer de sua oratória, referiu-se à verdade do que se passa em Foz do Iguaçu, no encontro com os agricultores que serão desapropriados de suas terras.

No entanto, Vossa Excelência peca, em seu discurso, quando diz que os Deputados do PDS, principalmente os daquela área, através da imprensa, dizem que estão em reunião longe dos agricultores, mas, na verdade, nada estão fazendo, fazendo em favor do povo.

E que Vossas Excelências, da Oposição, estão perto dos agricultores, conversando, lutando ao lado deles.

Mas, vamos ver quem está mais ajudando. Porque, a bancada do PDS, através do Líder Erondy Silvério e do Presidente desta Casa, Deputado João Mansur, pediu licença para se dirigir à Capital Federal para terem contato direto com o General Golbery do Couto e Silva, Presidente do Conselho de Segurança Nacional, porque Itaipu está ligada à área de segurança, e ao Presidente da própria Itaipu, General Costa Cavalcanti, com o sentido único e exclusivo de ajudarmos — nós do PDS — no que se relaciona ao aumento do preço das terras dos agricultores.

Portanto, nobre Deputado, nós estamos lutando, tentando, através das autoridades a quem compete, tentando aumentar o preço das desapropriações, então, estamos trabalhando num sentido.

E Vossas Excelências estão em outro sentido.

Então, se Vossas Excelências lutam de um lado, nós do outro. Então, se nós, de mãos dadas, lutássemos num mesmo sentido, quem sabe, seremos mais fortes, na conciliação pelos dias melhores e por um preço mais justo para os agricultores. Mas, não é atacando, Sr. Deputado Tolentino, que chegaremos a uma conclusão e sim conciliando, conversando e dialogando.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e realmente, nobre Deputado, não é atacando que chegaremos a uma conclusão.

Vossa Excelência que é de Foz do Iguaçu e se foi lá, nestes últimos dias, deve ter percebido que quem fez o ataque ao Movimento foi, exatamente, o Governo. Esse mesmo Governo que disse na televisão que estava muito preocupado com a situação. E tanto estava preocupado que botou lá, para impedir o a-

cesso dos agricultores, o aparato policial que, inclusive fez parte do despacho de indeferimento do eminente Sr. Juiz de Direito que apreciou o "habeas corpus" impetrado pelos agricultores, e justifica ele que o Governo do Estado estava atento ao movimento e que colocou a polícia, exatamente para manter a segurança, segurança de uma propriedade privada.

Ora eminente Deputado, qual a propriedade privada que está sendo violentada senão a propriedade dos agricultores que não pediram a instalação da usina de Itaipu; e o Governo do Paraná se diz preocupado quando várias e muitos milhares de hectares das suas terras estão expropriadas, estão espoliadas por usinas e quantos agricultores do Paraná, inclusive a sua população, debandou-se para a Argentina, para o Paraguai, para o Mato Grosso, para o Acre e para outras plagas do País, e que preocupação tem este Governo? A preocupação de assentar uma Usina que vai servir ao grande capital internacional, às multinacionais, para aumentar as suas rendas, para aumentar os seus parques industriais, enquanto os agricultores, para mendigar o que lhe é de direito, é preciso fazer um movimento e o Governo não se ateve ao problema do homem que tanto apregoa fazer das suas propaladas metas administrativas.

Esta é a indagação que fica, mas a resposta o Paraná dará, através do seu povo, no momento exato, se tiver condições de saber o que está se passando.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, Vossa Excelência que lá esteve "in loco" conosco sentindo no hálito inclusive dos agricultores o problema, convivendo de perto com o problema, Vossa Excelência tem razão ao defender os que lá estiveram, em defender os parlamentares que lá se fizeram presentes e que foram inclusive a nível de imprensa, criticados com insinuações, insinuações essas que inclusive há poucos instantes pudemos observar quando estive na tribuna o nobre Deputado Tércio Albuquerque, dizendo que não estavam lá "in loco", mas estavam aqui reunidos em estudo de gabinete, tratando do assunto, como querendo dizer que o estudo aqui à distância é que vale e não lá, e, são essas insinuações Deputado Fidelcino Tolentino que deixa crer de que a nossa presença lá tenha sido infrutífera.

No entanto, nós sabemos e como Vossa Excelência mesmo traz o testemunho vivo de quanto valeu a nossa presença lá. Nós trazemos dados concretos, colhidos no próprio acampamento, porque nós sabíamos e sabemos que a imprensa, principalmente a nível de Estado, é igual e tão subserviente quanto é o prefeito de Foz do Iguaçu, que para não ir contra Itaipu, publica aquilo que interessa a Itaipu, que para não ir contra Itaipu comete o ato desumano de inclusive negar água aos agricultores.

Esses são os homens que dizem que apoiam.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu agradeço a Vossa Excelência e quero dizer que Vossa Excelência com a estreiteza de relacionamento que mantém com aquele povo, povo que lhe credenciou para defendê-lo, para defender os seus direitos, neste claudicante Parlamento do Estado do Paraná, realmente conhece profundamente as questões que circundam este mistério das indenizações de Itaipu e quero deixar nos Anais desta Casa, de passagem, a edição do Jornal "O Estado de São Paulo", insuspeito por suas posições vinculadas ao sistema vigente, insuspeito pelas notícias de quantos desvios de dinheiro público tem acontecido neste País e que recentemente, no dia 16, se não me falha a memória, publicou que haveria um volume em torno de 10 bilhões de cruzeiros em propinas relacionadas com a Usina Binacional Itaipu.

Quero dizer que 10% dessas propaladas propinas daria para pagar os 2.000 agricultores, que ainda estão claudicando, reivindicando preços justos de suas terras, e expondo a saúde da sua família e a própria integridade física diante do aparato

policial que lá se encontra, para que a expropriante pague aquilo que lhes é de direito. Porque, diga-se a bem da verdade Sr. Presidente, o Oeste do Paraná foi conquistado à revelia dos Governos do Estado de todos os tempos. E não foi por obra do acaso que aquele povo sofrido sabe como rever ou reivindicar as suas posições de direito. É porque eles aprenderam no curso de 25/30 anos de luta, luta contra o Estado, luta contra o Poder, luta contra a injustiça. E hoje, se instala o exemplo mais clamoroso neste País, das obras gigantescas que o Governo vem construindo no curso desses 17 anos de ditadura de tecnocrático-militarista.

Sr. Presidente, não é possível que nós do Parlamento, tenhamos que assistir todos, representantes de quaisquer Partidos Sr. Presidente, as injustiças que a Binacional Itaipu está cometendo com aquele povo. É preciso que os Srs. Deputados de todos os Partidos com assento nesta Casa, se faça presente para verificar a forma com que aquela legião de homens: estão buscando o que lhes é de direito conferido por este retalho legal que costumam se chamar de Constituição vigente no País.

Que abertura democrática nós vivemos Sr. Presidente? Quando esta "caderneta" de várias cores, editadas em cada fim de semana, que se chama "Constituição", prega os preceitos éticos, políticos, morais e de direito público, quando o próprio Governo mobiliza suas tropas para dizer, depois, que estava buscando a segurança, transforma-se no primeiro agente de desrespeito à ordem jurídica.

De qual segurança Sr. Presidente, estão falando, se a segurança do Estado está na garantia dos direitos do seu cidadão, porque não há Estado no mundo e em qualquer regime que seja, que se faça Estado sem o seu povo. Povo é um componente indispensável para a formação jurídico-política da organização, que se chama Estado. E é nesse sentido Sr. Presidente, que clamo hoje em nome das famílias que lá estão, acampados e enfrentando as cruzes do tempo, e por prazo indeterminado, segundo as suas vocações e até o limite de suas resistências. E cabe agora ao Parlamento, se é que se pode falar de Parlamento, cabe ao Parlamento neste momento difícil, a mediação das negociações. Porque não é aceitável que a classe política se descarte deste dever nesta hora de decisão e sabedoria, oportunidade rara para se reabilitar perante a sociedade.

O "Estado de São Paulo", espelha a todo momento, as negociatas existentes no País e os agricultores que tem direito de receber o que é deles, não merece das autoridades, um critério de justiça. Não podemos nós, Deputados, ficar contemplando à distância os acontecimentos e agressões que em nosso Estado se pratica contra o povo paranaense, sem que tomemos uma posição corajosa e responsável.

Então, Sr. Presidente, este é o momento que cabe à classe política, quando se rompe o canal de conversações entre as partes que estão em litígio, é preciso que o Parlamento se faça presente. E é chegada esta hora de nós todos, do Parlamento, seja Estadual, seja Federal mas, principalmente, os representantes do Estado do Paraná, assumamos nossas atribuições e tenhamos coragem de bater às portas da clausura do sistema vigente, para que possamos abrir um outro canal de comunicação e entendimento para chegarmos ao consenso de fazer justiça. Creiam os senhores, este momento, é um momento aflitivo para esta parcela considerável dos nossos irmãos paranaenses, que lá estão, aguardando a decisão da classe política e das autoridades.

Se tivermos serenidade e competência, Sr. Presidente, para adentrarmos nesta causa, aproveitando e usando da investida que o povo nos deu, por certo estaremos cumprindo com o sagrado juramento que fizemos de defender o povo. E a demonstração de preparo está no alicerce do diálogo de alto nível, que deve se sobrepor às colorações partidárias e as arestas porventura existentes. As vítimas são trabalhadores, agricultores paranaenses, e precisamos sair em socorro e defesa de seus direitos.

Agora temos que escolher. Por isso partamos para bater às



portas das autoridades federais, buscando sensibilizar este homem que é o supremo da inteligência, Presidente da Binacional Itaipu e Presidente da ELETROBRÁS, Senhor General Costa Cavalcante, que precisa abrir um pouco as arestas das suas fronteiras, dos seus horizontes para entender o grito de dor e chamamento dos agricultores do Paraná.

Sr. Presidente, a agressividade que Itaipu está demonstrando com os colonos, ante aquele aparato não só da Segurança, da Polícia Militar do Paraná, mas sobretudo da sua segurança particular deixa clara a sua intransigência. E há quem ainda ignore que Itaipu tem uma polícia especial, uma segurança especial nas imediações do canteiro e da zona próxima ao centro executivo e que segundo consta e vimos, as forças parecem superiores ao contingente militar do Estado do Paraná ali destacado.

E o que é pior Senhor Presidente, os recados que são dados por intermédio da Polícia, que nós podemos notar, faz com que as autoridades do Estado do Paraná fiquem a mercê das ordens da Binacional Itaipu.

Eu quero deixar alinhado neste horário Sr. Presidente, que as reivindicações expendidas pelas famílias expropriadas e expostas no documento de reivindicações feitas no dia 16 de março de 1981, nenhuma foi atendida a não ser Sr. Presidente, a permissão para que os agricultores permaneçam em suas terras, em posse das suas terras até o dia 30 de abril de 1982. Daí por diante pode vir o dilúvio, daí por diante poderão as águas invadirem as propriedades sem que a Binacional Itaipu tenha dado azo às reivindicações legítimas e justas daqueles agricultores.

E esta divulgação feita na televisão, de que haviam dado aumento de 80% no preço Sr. Presidente, é apenas fachada que a Itaipu Binacional quer fazer para indispor, para diminuir, para minimizar o movimento justo dos agricultores que lá se encontram.

Quero pedir à Presidência, com a devida vênica, para encaminhar e deixar transcrito nos Anais da Casa, a resposta dos agricultores ao comunicado da Itaipu, porque se trata de um documento público. E de domínio público porque a imprensa já publicou no jornal "Gazeta do Povo", do último dia 22 — ontem, para que conste dos Anais da Casa, e para que o historiador do futuro possa fazer o balanço e a avaliação e análise comparativa e correta da História do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, usará do horário da Liderança, o Deputado Gernote Kirinus.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com a palavra o nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Inicialmente, agradecendo a esse horário que uso também em nome da Liderança, porque em nome desta é que nós estamos acampados com os agricultores de Itaipu, durante uma semana, a semana que se passou qual seja nos momentos mais áspersos, nos momentos de maiores tensões. Nós pudemos ali observar e viver o drama, não só o drama dos agricultores frente a toda a poderosa Binacional Itaipu, mas principalmente o drama dos paranaenses, do Estado do Paraná, que se encontrava de repente dividido em duas partes, tendo por um lado aquela massa de agricultores que vieram até Foz do Iguaçu, até aquele torrão brasileiro e paranaense pedir por diálogo. E do outro lado baionetas caladas e empunhadas por quem?

Na frente, em primeira linha, pela Polícia Militar do Esta-

do do Paraná. Achei, Sr. Presidente e Srs. Deputados, muito triste aquele panorama porque nós sabemos o que significa Itaipu, não somente aos agricultores que deverão deixar as suas terras, mas principalmente como já aqui foi anotado, os prejuízos que traz ao Estado do Paraná. Não quero dizer que o Estado do Paraná, como sendo um Estado componente da União, não deva arcar com sacrifícios, para o progresso deste Brasil. No entanto, não nos convence esse argumento porque nós sabemos que Itaipu foi projetada em tempos de Brasil Grande, em tempos de Médici, de Geisel, dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento e Itaipu — e o único projeto que ainda persiste, que ainda não redundou em fracasso, como redundaram em fracasso todos os grandes projetos do Brasil potência do BNDE na época.

Assim, podemos citar a Transamazônia, a Ferrovia do Aço, Sal Gema, no Nordeste e tantos outros projetos e programas megalômicos, que nasciam na ponta do ufanismo, a convicção de que o Brasil estava em ritmo de um Brasil Grande.

E foi nesta época, que já a Oposição levantava as suas teses dentro deste plano nacional. Foi nesta época que então o MDB, no Senado e na Câmara Federal, rebatia essas teses e alertava quanto aos prejuízos sociais que esse plano e que essas obras faraônicas haveriam de trazer para a Nação. No entanto, como estivemos numa época em que a voz da Oposição era abafada, poucos a ouviram. Era, inclusive, uma época em que se iniciou a obra de Itaipu, mas não se previu que ela se estenderia para tantos e tantos anos e viria a abertura. Surgiram, naturalmente, protestos a este plano e possibilidades de que o mesmo fosse contestado, e tudo foi projetado em termos de recursos externos. Abriu-se o País ao capital estrangeiro, endividou-se a Nação, e também isto foi alertado então pelo MDB.

O MDB já previu tudo isto com prioridade. E não sei se foi por incompetência ou má-fé, que esta previsão então feita, que esse alerta, então a Nação não foram atendidos pelo então Governo. E hoje, ainda continua a procura de recursos externos e o Brasil diminui de 54 para 25 milhões o seu orçamento. Sugere-se novos apelos aos recursos internos, cobrando do povo, desde o assalariado, até o mais abastado. Angariar recursos internos, aumentando o preço da energia em 40%.

É, mais uma vez o povo brasileiro pagando pelos erros do Governo, pelos cálculos mal previstos, pela incompetência, enfim, pelo desgoverno em que nos encontramos.

E, agora, estamos diante de um impasse: Itaipu enfrentando com armas, com violência, os agricultores, querendo que os mesmos sejam responsabilizados pela inflação da terra, quando, na verdade, a terra inflacionou a partir de uma lei simples, no mercado, provocada pela própria Itaipu, que é a lei da oferta e da procura.

É evidente que poderia ser previsto por parte dos órgãos de Itaipu, que a terra se inflacionaria, e sugestões houveram, em 1976 e 1977, e reiteradas num requerimento, num documento, inclusive aprovado por esta Casa, quando os agricultores da Ilha Grande pediram que antes de se construírem secadeiras; que antes de se fazerem projetos aprovando a construção de uma hidrelétrica, que se criassem projetos de reassentamento, prevendo o problema social causado; que se dê prioridade ao homem, como tanto se vê pelos planos do Governo por aí afora, que se dê prioridade ao aspecto social.

Esta seria a solução tantas vezes apresentada e debatida.

No entanto, não tivemos ouvidos até então, sobre estes problemas.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência está lembrando bem que, por diversas vezes foi reclamado por esta Casa, para que as desapropriações antecedessem as obras.

Agora quero testemunhar que, em conversa com alta autoridade do setor de terras, essa autoridade, hoje ainda, demons-

trou a sua preocupação com o que ocorrerá com Ilha Grande, e, no dizer dessa autoridade, a ELETROSUL é mais carrasca do que Itaipu; segundo essa pessoa, já por diversas vezes a sua repartição procurou um entendimento com a ELETROSUL, no sentido de que a desapropriação fosse feita imediatamente.

Isto não está ocorrendo.

Há pouco tempo, denunciávamos desta tribuna, que, até hoje, a Usina de Foz do Areia não consegue atingir sua quota máxima, não consegue gerar a energia máxima prevista, porque não tem dinheiro para desapropriar o restante da bacia que ainda falta desapropriar.

Portanto, temos um caso do passado, um do presente e um do futuro.

E o que nós vemos nossas autoridades fazer?

Jogarem o colono contra a opinião pública, porque está aí o Sr. Costa Cavalcanti na sua incompetência em dialogar, já demonstrada quando os Deputados foram a Itaipu, a dizer que não pode revelar quanto pode pagar para que não haja uma corrida imobiliária no Estado. Esta corrida já houve. Os malefícios indiretos ao Estado já estão ocasionados.

Porque, hoje, Srs. Deputados, as terras se valorizaram até em função do pedido do próprio colono de Itaipu. A obra valorizou a terra, e o colono não tem como comprar. Então, pede um maior preço pela terra.

Essa notícia é divulgada no Estado inteiro. E no Estado, a terra passou a ter um valor irreal, inclusive. E este valor irreal está acarretando um fenômeno de difícil solução: o pequeno, extasiado por um preço acima do valor real, vende a sua terra para o grande, e vem constituir a sua favela. Porque, o pequeno não fica mais na terra, uma vez que o seu preço deixou de ser real para ser um preço irreal, graças à incapacidade total dos técnicos em lidar com as coisas do povo.

Isso ocorreu em Itaipu e vai ocorrer em Ilha Grande. Mas, os tecnocratas, naturalmente embebidos em whisky que costumam compor o prato principal das consersações desta elite dirigente nacional, naturalmente embebida no poder, essa elite não toma providências no seu devido tempo. E, novamente, dentro de dois ou três anos, esta tribuna, talvez com outros Deputados, estarão brigando em favor de novos colonos.

Enquanto isso, não temos Governo. O Sr. Ney Braga ainda não tomou posse e estamos a pedir à Presidência desta Casa, que marque uma reunião para que Sua Excelência assuma o Governo do Estado.

Ainda hoje ouvimos uma proposta para que a FAEP intermediasse. E pergunto: o melhor intermediário não seria o Sr. Governador, desde que assumisse; assumisse o Governo do Paraná e rompesse com o Governo Federal que está a massacrar o nosso povo.

Portanto, Sr. Deputado, acho que enquanto não tivermos Governador, vamos ficar falando para quatro paredes e o colono terá de fazer o que está fazendo: indo para as ruas e protestando. E se não conseguir nada, pelo menos desmoraliza os que estão no Poder.

Muito obrigado.

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Presidência adverte o nobre Deputado que resta-lhe apenas um minuto para concluir.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Obrigado.

E para concluir, Sr. Presidente, e nobre Deputado Deni Schwartz, respondendo seu aparte, digo que isso que Vossa Excelência está sentindo, que o Governador ainda não assumiu, aqui no Paraná, isso parece que está também sendo sentido pelo próprio Comandante do 6.º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Cascavel, que se propôs segundo informações recebidas há pouco, de fazer uma tentativa de conseguir uma

audiência com o Sr. Governador e cinco agricultores e mais o representante da Pastoral da Terra.

Parece que até o Comandante, está tentando tornar-se o intermediário.

Intermediário, portanto, já temos.

Não será por falta de intermediários que se deixará de realizar esse diálogo.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta a Bancada do PTB se deseja fazer uso da palavra.

Ausente, consulta a Bancada do PP se deseja fazer uso da palavra.

Tendo declinado, consulta a Bancada do PDS. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a “Associação de Senhoras Rotarianas - Casa da Amizade de Faxinal”, com sede e foro na Cidade de Faxinal. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165/80, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública o “Templo Espiritualista São João Maria Agostinho”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/80, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a “Associação das Senhoras de Rotarianos de Marialva”, com sede e foro na Cidade de Marialva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/80, de autoria do Deputado CARLOS ZANLORENZI, que declara de utilidade pública a “Associação do Deficiente Motor”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública a “Associação das Senhoras de Rotarianos de Astorga”, com sede e foro na Cidade de Astorga. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 159/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ASTORGA, com sede e foro na Cidade de Astorga.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1980.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela Lei n.º 6994, de

10 de janeiro de 1980, que regula as normas para declaração de utilidade pública.

A ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DOS ROTARIANOS DE ASTORGA, tem por finalidade proteger e educar as crianças órfãs, baseada nos princípios de fraternidade, solidariedade e compreensão daquelas crianças cujas mães trabalham fora do lar.

Organizar, instalar e manter estabelecimentos, tais como creche, casa da criança etc.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares, e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 159/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Astorga.

Analisando-se o projeto através da justificativa e da documentação inserida, temos que a entidade preenche os requisitos essenciais previstos na legislação em vigor.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1.980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/80, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a "Associação de Recuperação do Alcoólatra - ARA", com sede na Cidade de Toledo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 164/80.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Recuperação do Alcoólatra - ARA - no Município de Toledo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1980.

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

Justifica a presente solicitação as altas finalidades da Associação, tal como o próprio nome indica, a de proceder a recuperação do alcoólatra eis que em decorrência dela o homem se reintegra e se reincorpora na comunidade voltando a ser útil à sociedade e à família.

Anexamos para tal fim, todos os documentos reclamados pela Lei Estadual n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Eis porque, respeitosamente, solicito a esta egrégia Casa de Leis a aprovação do presente projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 164/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado Egon Pudell, o presente Projeto de Lei n.º 164/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA — ARA, com sede na Cidade de Toledo.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de dezembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

WALDYR PUGLIESI, Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Carmosino Vieira Branco, ocorrido em Cascavel. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, pela passagem do nono ano frente à direção daquela Delegacia. — Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É PROCEDIDA A VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO).

6 Srs. Deputados o aprovam;

8 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, terça-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 111/80 e 153/80.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 159/80 e 164/80.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA DIRETORIA GERAL.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

PORTARIA Nº 181/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de IZAIR PEREIRA FLORES, matrícula n.º 206, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1980, que deixou de gozar; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 07 de janeiro de 1981, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 65).

PORTARIA N.º 182/81

conceder ao funcionário GILBERTO BITTENCOURT FON-

TOURA, matrícula n.º 450, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 08 de julho de 1980, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. n.º 79).

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de março de 1981.

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
DIRETOR GERAL

**ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 097/81

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado

sob o n.º 1297, de 09 de março de 1981, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 536/80, de 13 de outubro de 1978, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete do Departamento de Pessoal, a funcionária JOSEFA KUCEK LEVANDOSKI, matrícula n.º 174, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar a funcionária acima mencionada, para exercer as funções de Chefe da Secção de Cadastro de Funcionários do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24/03/81

JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SGUAREZI

2.º Secretário.